



OPINIÃO

A segurança do abastecimento e as alterações climáticas



ANTÓNIO COMPRIDO
Secretário-geral da Associação
Portuguesa de Empresas Petrolíferas
- APETRO

A Agência Internacional de Energia (AIE) no seu relatório "World Energy Investment" constata que o investimento no setor energético estabilizou em 2018, após três anos de declínio. Constata também que as aprovações para novos projetos convencionais de petróleo e gás ficaram aquém do que seria necessário para fornecer uma procura global de energia em crescimento contínuo. Simultaneamente, há poucos sinais de progresso na eficiência energética e energias limpas que seriam necessárias para atingir os objetivos do Acordo de Paris e outras metas de desenvolvimento sustentável.

Depois de quase duas décadas de forte crescimento anual, as energias renováveis tiveram uma inesperada estagnação em 2018, o que não acontecia desde 2001. A nova capacidade líquida da energia solar fotovoltaica, eólica, hídrica, bioenergia e outras fontes de energia renovável aumentou apenas cerca de 60% do que é necessário anualmente para atingir as metas climáticas a longo prazo.

"O mundo não se pode dar ao luxo de "colocar em pausa" a expansão das energias renováveis e os governos precisam de agir rapidamente para corrigir esta situação e permitir um fluxo mais rápido de novos projetos", disse Fatih Birol, diretor executivo da AIE.

No meu artigo de março, dizia que a descarbonização da economia para combater as alterações climáticas deverá ser um desígnio global, pois só assim se conseguirão atingir os objetivos sem criar distorções entre cidadãos, empresas, países ou mesmo regiões. Não é uma matéria fácil, face às muitas diferenças existentes nas vá-

rias economias, nomeadamente em relação ao seu estado de desenvolvimento e consequentes níveis de consumo e eficiência energética. Por isso, elegi esta dimensão global como um dos pilares da descarbonização. Sem ele, os contributos isolados de países, ou mesmo blocos económicos, poderiam ser totalmente anulados por atuações menos comprometidas de outros.

Estas constatações são particularmente importantes quando se discutem a nível nacional e europeu os Planos de Energia e Clima para 2030, numa ótica de descarbonização da economia em 2050. Sendo a União Europeia responsável por 9% das emissões globais, e Portugal por cerca de 1,4% deste valor, ou seja 0,13% das emissões a nível do planeta, fácil será compreender que corremos o risco de uma corrida para a frente, sem que os outros blocos económicos nos acompanhem e, portanto, sem a dimensão global necessária para a resolução deste desafio. Estão em causa simultaneamente a questão da segurança do abastecimento, que sustenta o necessário crescimento económico que permitirá a sustentabilidade económica e social, e a mitigação do impacto no clima, assegurando a sustentabilidade deste importante eixo.

O grande desafio que se coloca a Portugal e à União Europeia é não só prosseguir as suas metas mas, acima de tudo, conseguir que este esforço tenha uma dimensão global. Sozinhos não só não resolveremos o problema, como podemos estar a contribuir para desequilíbrios insanáveis para a competitividade das nossas economias. ●

Mais que prosseguir metas, Portugal e a UE devem batalhar para que estes esforços tenham uma dimensão global